

Encerrar a greve e seguir na luta pela Universidade Pública e por condições de trabalho

Carta à Comunidade Unifesp,

O Comando de Greve Docente da Unifesp apresenta à Assembleia Geral da Adunifesp e ao conjunto das(os) colegas docentes um indicativo de encerramento da greve para o dia 24 de junho. Indicamos igualmente tal data para uma saída conjunta do movimento paredista docente em todo o país como sugestão ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN, que reúne representantes das 62 Instituições Federais em greve. Nos dirigimos também aos movimentos e respectivos comandos de greve dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) e dos estudantes da Unifesp, com quem construímos coletivamente nas últimas semanas uma luta comum em defesa da Universidade pública, gratuita, autônoma, de qualidade e socialmente referenciada.

Decidimos tomar tal decisão após pouco mais de 50 dias em greve numa conjuntura difícil. Embora não tenha atingido o atendimento das pautas econômicas, o movimento foi fundamental para arrancar conquistas parciais. Lembremos que a greve foi nosso instrumento de última instância: só decidimos deflagrá-la após mais de um semestre sem negociações efetivas com o governo.

Reivindicávamos um calendário de suplementação do orçamento às IFEs, recompondo-o ao seu valor de 2016 (antes do Golpe e da EC-95) e outro de reposição de perdas inflacionárias de Temer e Bolsonaro – através de um reajuste de 22,7%, conforme apresentamos ao governo já numa contraproposta rebaixada em nome da disposição de negociação. Entretanto, desde ao menos setembro/2023 até o final de abril deste ano, os representantes do Executivo Federal na Mesa de Negociação mantinham teimosamente, rodada após rodada de reuniões, um orçamento às Universidades 30% menor do que o de 2016 (e 5% menor do que o de 2023) e um reajuste salarial de 9,2% até 2026 (veja tabela) que cobriria apenas a inflação do período (Lula III), mal repondo perdas passadas.

Na Unifesp, bem como em todo o país, nosso movimento expressou a vontade da base docente. Centenas de colegas compareceram às assembleias nos campi e gerais quase que semanalmente. Docentes sem condições de desenvolverem suas pesquisas em laboratórios sucateados, prédios não-acabados, salas de aula insalubres e sem manutenção, alunos e pesquisadores-orientandos com bolsas cortadas e/ou muito defasadas, cursos em risco devido à evasão causada sobretudo por cortes enormes nos auxílios permanência, moradia, transporte, alimentação etc. Uma situação que piorou muito com os cortes/congelamento do Teto Temer, mas que (ao contrário das expectativas) não foi revertida no último ano e meio.

Docentes da Unifesp engajaram-se na luta contra o Golpe de 2016 e contra Bolsonaro para derrotá-lo em 2022, para - como dizia à época o presidente Lula - “colocar o pobre no Orçamento”, recuperar os serviços públicos e as condições de trabalho dos servidores. A política econômica do atual governo, no entanto, tem sido sequestrada pelos por ele derrotados em novembro de 2022: o Novo Arcabouço Fiscal (tão elogiado pela “Faria Lima” e pelo Centrão) impede a recuperação de gastos sociais, inclusive os com reposição das pesadas perdas salariais de servidores – tudo para que mais de R\$ 750 bi sejam gastos

anualmente com juros da dívida pública. E nossa greve é parte das lutas populares que disputam o fundo público contra tal política.

A despeito desses entraves e das enormes dificuldades em negociar com o governo, foi o forte movimento paredista do qual participamos que o forçou a flexibilizar. Desde a decisão de deflagração da greve nas IFEs, o governo (nas 4 reuniões das Mesas ocorridas de lá até o presente) cedeu e acabou por aceitar parte de nossas pautas nos seguintes pontos:

- Elevação (e antecipação) do reajuste linear oferecido até 2026: de 9,2% para 12,8%, sendo 9% em janeiro (ao invés de maio) de 2025 e 3,5% em abril (ao invés de maio) de 2026;
- Elevação de steps de 4,0% para 5,0% até 2026 (com exceção de Adjunto/DI e DIII-I, que passa de 5% para 6% até 2026) (permitindo algum reajuste adicional, ainda que – infelizmente – muito desigual a segmentos diferentes da categoria).
- Elevação do valor salarial para ingressantes na carreira docente (MS e EBTT);
- Recomposição parcial do orçamento das instituições federais (suplementação de cerca de 8%);
- Conquista de 5600 bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas;
- Implementação do reajuste de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-saúde suplementar e auxílio-creche), apesar de ainda não haver equiparação com os benefícios dos demais poderes;
- Início da Mesa Setorial Permanente de Negociação do MEC;
- Proposta de revisão da IN no 66/2022 - impactava as progressões múltiplas nas carreiras e impedindo o pagamento de parcelas retroativas à data de aquisição dos requisitos para as progressões;
- Revogação da Portaria no 983/2020- regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Isonomia entre docentes da carreira Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e do Magistério Superior, no que tange ao controle de frequência, com a alteração do decreto no 1590/1996;
- Suspensão de recursos judiciais pelo MEC frente à decisão que conferiram o RSC para aposentado(a)s;
- Retomada da participação de entidades sindicais no Conselho Permanente de RSC¹.

Em relação ao orçamento e à recomposição salarial, sintetizamos no quadro abaixo:

¹ *Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC - é um direito previsto para a carreira do Magistério Federal de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com base no art. 18 da lei 12.772/2012, que permite a percepção de Retribuição de Titulação equivalente à Especialização, Mestrado e Doutorado, sem o referido título.*

Até março (antes da greve)	Hoje (18/06/24)	Reivindicado pelo CNG Andes-SN
Orçamento às Universidades Federais 30% menor do que o de 2016 (e 5% menor do que o de 2023)	Recomposição parcial do orçamento das universidades federais. Com bem-vinda suplementação de meio bi (8%) a 2024, Orçamento é, contudo, ainda 24% menor que o de 2026. Alguma verba a mais no PAC (já previamente existente e apenas re-anunciado).	Recomposição até 2026 de Orçamento de 2016: de (atual R\$ 5,9 bi) para 8,4 bi
Reajuste salarial de 9,2% até 2026: 0% em 2024; 4,5% em maio de 2025 e de 2026 (cobririam apenas a inflação do período, sem repor perdas passadas)	- Reajuste salarial de 12,8% até 2026: 0% em 2024; 9% em janeiro/2025 e 3,5% em abril/2026 - Elevação nos steps: em média garante reajuste adicional de 2,5% a 3%.	Reajuste salarial linear até 2026: 22,7% em 3 parcelas. Na contraproposta, aceitou-se 18,8% (3,5% em 2022, 9% em 2025 e 5,16% em 2026.

Tudo isso é menos do que o consideramos urgente e necessário. Mas foram **conquistas** que não ocorreriam sem a greve. Além deles, é importante ressaltar que esta greve permitiu que nossa categoria crescesse politicamente. Com um forte grau de mobilização nacional (64 instituições em greve), bem como local e com ampliação de filiações sindicais, as universidades e campi por todo o país mantiveram atividades diárias de greve: debates, seminários, atos, passeatas e aulas públicas unificando docentes, estudantes e TAEs em defesa da Universidade Pública.

Desde sempre, denunciemos e rejeitamos veementemente tentativas da direita e da extrema-direita que – sempre contrários à greve, aos servidores e serviços públicos – tentaram surfar na onda dela para atacar a universidade pública e requestrar suas tentativas de golpe contra o atual governo.

Mas criticamos também a atitude do governo em sua tentativa de atropelar a democracia e a legitimidade sindical forçando a assinatura de um acordo há um mês. Acordo rejeitado pela imensa maioria da base docente em centenas de assembleias país afora. Mesmo assim, o governo forçou sua assinatura com uma federação ultraminoritária (Proifes) a ele subordinada. Ocorre que – diferentemente de campanhas salariais passadas (2008, 2012, 2015) – a própria base do Proifes também havia votado, por ampla maioria em assembleias e consultas, contra tal acordo. Mesmo sem qualquer legitimidade, os dirigentes do Proifes, agindo como farsantes fura-greve, assinaram um acordo – tornado ilegal pela própria Justiça. O importante, contudo, é que colegas da base do Proifes iniciam, por iniciativa própria e a partir da atual experiência de luta, um processo de desfiliação de tal entidade. Lamentamos que um governo eleito pelos movimentos sociais tenha tido de se utilizar de dispositivos de atropelo dos próprios movimentos e de sua autonomia. Só podemos concluir que tal agressão à greve docente foi uma tentativa do governo em apresentar uma medida exemplar ao demais movimentos para discipliná-los e enquadrá-los na aceitação, sem luta, de sua adaptação à política de ajuste fiscal (em nome de uma suposta e muitíssimo duvidosa “governabilidade”).

Contudo, a continuidade da greve nas semanas seguintes e a crescente pressão por ela exercida, fez o governo recuar e realizar nova reunião na qual ainda cedeu em algumas

demandas (apenas) não-remuneratórias a mais, para na sequência declarar as negociações encerradas.

Mesmo que com ganhos apenas parciais e muito aquém do que seria urgente e necessário, considerando os limites de um movimento restrito à Educação Federal, achamos que chegou da greve ser organizadamente encerrada. Chegou o momento de plenamente reativarmos e normalizarmos nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Mas tudo isso deve ser concatenado com um calendário de mobilização permanente para seguir pressionando – o Congresso e o governo – pela recuperação do Orçamento das universidades e das condições de trabalho da categoria docente.

Seguiremos lutando nos próximos meses e anos pela completa recomposição das perdas inflacionárias passadas ainda não recuperadas por tal acordo. Centraremos esforços na luta unitária e permanente pelo Orçamento, tanto custeio quanto investimento. Exigindo a não apenas a recuperação das verbas prévias ao Teto Temer, mas a sua expansão. Sem ela, a expansão das universidades federais (que desde o início defendemos, e consideramos uma conquista) seguirão capengas impondo às novas universidades e Institutos Federais (e/ou novos campi) a seguir trabalhando sem assistência estudantil, laboratórios, equipamentos, sem recursos minimamente suficientes a garantir seu funcionamento e desenvolvimento de pesquisa de ponta de novos programas de graduação, pós e de extensão. Não podemos seguir dependendo de verbas muito insuficientes dos PAC (para além da propaganda) ou de esmolas vindas de Emendas Parlamentares, que em geral obedecem a uma lógica clientelista e sem planejamento.

Entre hoje e o dia 24/06 nos mantemos em greve para termos tempo de em cada campus chamamos nossos colegas docentes a participarem de reuniões conjuntas com TAEs e estudantes. É importante ouvir os demais segmentos em greve da comunidade universitária e travar um diálogo fraterno para prepararmos a volta às atividades. É importante garantir alguns dias para que os órgãos colegiados possam organizar e planejar a retomada do semestre letivo e para que possamos dialogar também com nossos colegas de outras universidades em greve.

Na semana que vem devemos encerrar nossa greve, mas manteremos nossa mobilização em defesa da Unifesp e das Universidades Públicas brasileiras!

Comando de Greve Docente da Adunifesp, 18 de junho de 2024